

PONTO DEZ - PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA LT - SOCIEDADE DE REA
DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO INTERIOR AO SUL DO TEJO;
PONTO NOVE - EXTINÇÃO DA AQUÉM-TEJO - ASSOCIAÇÃO CULTURAI
FAJARDA E ERRA;
AMIEIRA, SITA NA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CORUCHE
PRIVADO DO MUNICÍPIO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DA
PONTO OITO - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO
ras e dezassete minutos, com a seguinte Ordem do Dia :
Verificado o quórum, com a presença de dezanove membros, o Presidente da Assemblei declarou aberta a 2.ª reunião da sessão ordinária de 24 de novembro de 2016, às vinte e uma ho
ção Camões Graça (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrata Unitária)
crática Unitária), Vera Sofia dos Santos Faria (Partido Social Democrata) e Ortelinda da Concei
Peseiro Jerónimo, Rui Miguel Friezas Aldeano, Ana Sofia Falamino Oliveira (Coligação Demo
Santos, José Fernando Constantino Teles, Paulo de Oliveira Matias (Partido Socialista), Valte
Não estavam presentes os Deputados Municipais Berta Alexandra Teixeira Lopes do
guesias de Coruche, Fajarda e Erra - Partido Socialista)
lista) e Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia da União das Fre
António de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socia
lista), Valter Manuel Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato), Anacleto
Socialista), José de Jesus Joaquim (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Partido Socia
Custódio Domingos Marques (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Partido
Democrata)
Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias e Francisco Artur Gomes Gaspar (Partido Socia
ção Democrática Unitária)
Fernando Aníbal Serafim, Sofia Isabel da Cunha Marques e Armando Rodrigues (Coliga
lista).
Teresa de Sousa David, Artur Fernando Salgado e Joaquim Gonçalves Banha (Partido Socia
Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, An
Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:
tido Socialista)
Isidro das Neves Ribeiro que foi convidado para auxiliar a Mesa na condução dos trabalhos (Par
elho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pelo Deputado Municipal Mário
são ordinária (2.ª reunião), cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Co
che, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em ses
Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Coru



BILITAÇÃO URBANA, E.M., NOS TERMOS DO PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LI
QUIDAÇÃO;
PONTO ONZE - GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DI
INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO MUNICÍPIO PARA OS
ANOS DE 2017/2020;
PONTO DOZE - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2017;
PONTO TREZE - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO
DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;
PONTO CATORZE - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA A ISENÇÃO DI
TAXAS MUNICIPAIS;
PONTO QUINZE - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017;
PONTO DEZASSEIS - RELATÓRIO DE AUDITORIA DO MUNICÍPIO DE CO
RUCHE ELABORADO POR AUDITOR EXTERNO - 1.º SEMESTRE - ALÍNEA D) DO
N.º 2 DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO;
PONTO DEZASSETE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍ
PIO
Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Francisco Silvestre de Oliveira, e o
Vereadores José Aníbal Ferreira Novais, Maria de Fátima Raimundo Galhardo, Célia Maria Ar
sénio Barroso da Cruz Ramalho e Isidro Rodrigo da Silva Catarino
Na sequência do acordado na última reunião, a Mesa da Assembleia apresentou o docu
mento que a seguir se transcreve:
"Reorganização Administrativa Territorial Autárquica - Posição da Assembleia Munici
pal de Coruche
A reorganização administrativa territorial autárquica cujos objetivos, princípios e parâ
metros foram aprovados pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e materializada pela Le
n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, determinou no Município de Coruche a agregação das freguesi
as de Coruche, Fajarda e Erra e o nascimento da nova União das Freguesias de Coruche
Fajarda e Erra
Mais que uma agregação, assistimos no nosso concelho a um verdadeiro processo de ex
tinção de três freguesias com uma identidade cultural e administrativa própria e ao surgimento de
uma nova unidade territorial sem qualquer fator e união identitária
Passados mais de três anos sobre a concretização da reorganização administrativa, os re
sultados práticos da sua implementação vieram confirmar a razão da oposição que lhe foi movida
pela população do concelho de Coruche e pelos seus órgãos autárquicos (juntas de freguesia, as
sembleias de freguesia, câmara municipal e assembleia municipal). Demonstrou-se, uma ve



mais, que uma reforma administrativa só pode ser bem sucedida quando a voz das populações
locais e dos seus eleitos é escutada e tida em conta. Uma reforma contra aqueles que estão no
território, que o conhecem e vivem diariamente, nunca pode ser bem sucedida
Os órgãos autárquicos pronunciaram-se, em diversos momentos, sobre esta reforma, ma-
nifestando a sua oposição. Em particular, a Assembleia Municipal de Coruche opôs-se frontal-
mente à atual reorganização administrativa nas sessões de 16 de dezembro de 2011, de 29 de
março de 2012, de 30 de julho de 2012 e de 26 de novembro de 2012, cujos documentos aprova-
dos constam em anexo à presente posição e para os quais remetemos, pois os seus fundamentos
mantêm-se plenamente atuais e oportunos. Já nesses documentos se chamava a atenção para as
particularidades do concelho de Coruche, para os objetivos que deveriam ser alcançados com a
reorganização administrativa e os riscos e consequências negativas que a implementação da Lei
n.º 22/2012, de 30 de maio, iria trazer para o nosso concelho e para a sua população (consequên-
cias que agora se confirmam e que encontram espelho no sentimento das populações e na apreci-
ação efetuada pelos eleitos nas freguesias). Com esta reforma:
a) Não se promoveu a coesão territorial nem o desenvolvimento local;
b) Não se reforçaram as competências das freguesias nem os seus recursos;
c) Não se aprofundou a capacidade de intervenção das juntas de freguesia;
d) Reduziu-se a qualidade dos serviços de proximidade prestados às populações
A Assembleia Municipal de Coruche, na sequência de todas as posições já tomadas ante-
riormente, vem, mais uma vez, exigir a reposição da reorganização administrativa previamente
existente à entrada em vigor da Lei n.º 2/2012, de 30 de maio, ou seja a REPOSIÇÃO DAS
FREGUESIAS DE CORUCHE, FAJARDA E ERRA
A posição agora tomada, deverá ser enviada:
Ao Senhor Presidente da República;
Ao Senhor Presidente da Assembleia da República;
Ao Senhor Ministro Adjunto;
Ao Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais;
À Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização,
Poder Local e Habitação;
Aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República;
À Câmara Municipal de Coruche;
Às Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia do concelho de Coruche."
O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Sugeria que, no terceiro parágrafo, quando
se refere: "(juntos de freguesia, assemblejas de freguesia, câmara municipal e assembleja muni-



cipais)" que fosse em maiúsculas
Que o documento fosse também enviado às seguintes entidades:
À Associação Nacional de Freguesias;
À Associação Nacional de Municípios Portugueses;
À Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo;
À Comunicação Social Local e Regional
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: No documento há uma referência às
deliberações tomadas nas quatro sessões da Assembleia Municipal. Recordo que foi consensuali-
zado que se pretendia um documento unânime. Fui consultar quais foram as votações dos docu-
mentos anteriormente aprovados, sendo que o PSD não votou contra, nem se absteve em nenhum
dos documentos, mas todos os outros partidos tiveram abstenções e votos contra
Não sei se é de remeter os documentos quando não foram todos unânimes. No presente
documento diz: "os documentos aprovados constam em anexo", mas como não foram unânimes,
estava a colocar a questão
Da parte do PSD não temos problema porque votámos sempre a favor de todos os docu-
mentos
O Presidente da Assembleia salientou: Não há problema porque todos os documentos fo-
ram sempre aprovados
O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: As diferentes votações decorreram
de haver discordância sobre a sua redação, mas não quanto ao essencial do seu conteúdo e obje-
tivo que era a reposição das freguesias.
O Presidente da Assembleia colocou à votação o documento que foi consensualizado pe-
los Grupos Municipais
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar, com as alterações propostas pelo De-
putado Rui Aldeano, o documento apresentado pela Mesa e que consubstancia a posição da As-
sembleia Municipal de Coruche sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica
O Deputado Municipal Gonçalo Dias apresentou a seguinte declaração de voto: "Obvia-
mente que não me passaria pela cabeça não votar a favor deste documento
Discordei do critério que foi tomado há três anos atrás sobre o processo de agregação das
freguesias, porque não considero que, de facto, tenha havido uma aproximação às populações ou
uma melhoria nas competências ou da capacidade interventiva
Porém, como já aqui manifestei, tenho a lamentar que não se tivesse aproveitado a opor-
tunidade, que é única e que poderá ser histórica, dada pelo atual Governo e pelo Presidente da
República, de as populações se poderem organizar. Acho que nos estamos a precipitar
Votei a favor porque acho que é importante haver uma posição por unanimidade, para



reforçar a importância de retificar esta extinção que foi feita	
Tenho pena que não aproveitássemos esta oportunidade que é histórica, para	repensar,
tendo em conta termos um concelho tão grande e os desabafos e as queixas do Presiden	ite de que
a freguesia de Coruche é tão vasta e com tão poucos recursos. Será, de facto, esta a me	lhor divi-
são administrativa e territorial?	
Tenho pena que tivéssemos, de ânimo leve, este entusiasmo de pôr tudo com	no estava,
quando se calhar devíamos ter tido a coragem de os eleitores e os munícipes se poderen	n pronun-
ciar, como o próprio documento diz	
Era dessa maneira que a divisão deveria ter sido feita, mas estamos, de facto,	
oportunidade aos nossos munícipes de se pronunciarem	
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	
PONTO OITO - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DO	OMÍNIO
PRIVADO DO MUNICÍPIO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁ	RIA DA
AMIEIRA, SITA NA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CO	RUCHE,
FAJARDA E ERRA:- Foi presente o ofício n.º 7601, de 17 de novembro de 2016, da	a Câmara
Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi apro	ovada por
unanimidade, em sua reunião ordinária de 16 de novembro de 2016, a qual fica a fazer	parte in-
tegrante da presente ata	
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte	do Presi-
dente da Câmara	
O Presidente da Câmara referiu: Este assunto tem a ver com a desafetação da Es	scola Pri-
mária da Amieira. Presumo que a maior parte dos Senhores Deputados sabe onde se loc	aliza este
edifício, o qual está completamente em ruínas, porque, há cerca de 25 ou 30 anos, s	ofreu um
grande incêndio e perdeu praticamente toda a cobertura, só ficaram as paredes	
Entretanto, a Câmara foi contactada pelos proprietários da Herdade do Casca	vel, onde
este edifício está localizado, no sentido de adquirirem o mesmo para fins habitacionais.	
Para que possamos colocar à venda este edifício temos que o desafetar do domín	_
co para o domínio privado do Município	
Não me parece que se possa afetar este edifício a qualquer outro uso público,	tendo em
conta o seu estado de degradação e devido ao acesso ao mesmo ter de ser feito por terr	renos que
são privados	
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada pelo Presidente da	Câmara.
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais	
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Recordo-me da ligação das p	essoas da
Fajarda a este espaço e, também, o excelente posicionamento que o mesmo tem em t	ermos de



vista sobre o vale
Sendo um espaço no interior da Herdade do Cascavel e clarificada a intenção de constru-
ção, a minha questão relativamente a esta desafetação, e segundo disse o Senhor Presidente da
Câmara é para vender o edifício, penso que era importante antes de fazer a sua venda, saber o
que é que se vai construir realmente naquele espaço. Este é um edifício que tem um simbolismo
histórico para a população e tem um posicionamento privilegiadíssimo e uma vista maravilhosa
sob o Vale do Sorraia
O Presidente da Câmara afirmou: O que foi transmitido é que é intenção construir uma
habitação, aproveitando parte daquelas paredes e com a área que estava a ser ocupada pela esco-
la. Não é para afetar a qualquer fim comercial
Tendo em conta que o registo da afetação daquele imóvel é para equipamento público, a
Assembleia Municipal tem de autorizar que o mesmo tenha uma outra afetação. Ainda consta no
PDM que é um edifício público
A sua localização goza, de facto, desta particularidade sobranceira sob o vale
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Oito
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º
do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desafetar do domínio público para o domínio
privado do Município o edifício da antiga Escola Primária da Amieira, porquanto o mesmo per-
deu a utilidade pública a que estava adstrito
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO NOVE - EXTINÇÃO DA AQUÉM-TEJO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL
DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO INTERIOR AO SUL DO TEJO:- Foi presente o ofício n.º
6684, de 10 de outubro de 2016, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o
assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 4 de outu-
bro de 2016, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Nove por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Esta proposta tem a ver com uma necessidade verificada
pelo Município de Reguengos de Monsaraz, o qual nos comunicou que teria sido abordado por
parte do Tribunal de Contas para a apresentação da Prestação de Contas referente à
AQUÉM-TEJO
Desde a sua formação, nos anos 90, até à presente data, que se saiba, esta Associação não
teve atividade
Esta Associação foi criada pelos Municípios de Alter do Chão, Estremoz, Mora, Ponte de
Sôr e Reguengos de Monsaraz. Em 20 de dezembro de 1991 o Município de Coruche também



aderiu à mesmaaderiu à mesma
A sede desta Associação foi constituída, à época, em instalações cedidas pela Câmara
Municipal de Estremoz, cujo objetivo era o estudo de projetos e a realização de atividades que
afirmassem valores culturais desta mesma região, a integração da juventude nesses mesmos valo
res e a participação das populações nas atividades projetadas e realizadas
Não tendo o Município de Reguengos de Monsaraz conseguido dar resposta ao Tribuna
de Contas, solicitou-nos, enquanto participantes na mesma, que promovêssemos a extinção desta
Associação, tendo em conta a sua inatividade
O que se propõe a esta Assembleia Municipal é que delibere a extinção da Associação
AQUÉM-TEJO, tendo em conta a sua inatividade, no sentido de serem notificados os municípios
que fazem parte da mesma e, também, feita a comunicação da sua extinção à Direção Geral da
Autarquias Locais e ao Registo Nacional de Pessoas Coletivas
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada pelo Presidente da Câmara.
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Tendo em conta a insistência por parte
do Tribunal de Contas para a apresentação da Prestação de Contas, sendo o Município de Coru
che associado, a minha questão é se ao longo do tempo não houve qualquer atividade que possa
mais tarde, o nosso Município vir a ter alguns encargos decorrentes da extinção desta As
sociação.
O Presidente da Câmara referiu: Do conhecimento que tenho não deriva da participação
nesta Associação qualquer compromisso financeiro por parte dos municípios e, tendo em conta
que até ao momento a Câmara Municipal de Coruche não foi solicitada a prestar contas ou não
lhe foi pedida nenhuma contrapartida financeira em projetos, não me parece que isso venha a
acontecer
O que foi identificado pelo Município de Reguengos de Monsaraz é que tinha sido abor
dado por parte do Tribunal de Contas no sentido de apresentar os documentos, mas o Município
de Coruche nunca foi, se tivesse sido já teria tomado esta iniciativa
Leva-me a crer que a Associação, desde que foi criada, nunca teve uma atividade formal
isto é, uma atividade que resultasse de encontros e de divulgação daquilo que são as iniciativas
culturais ou promocionais destes territórios. Faz todo o sentido que se promova a sua extinção
uma vez que não resultou da sua criação qualquer actividade conhecida
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Nove
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º dos Estatu
tos da AQUÉM-TEJO, publicados no Diário da República, III Série, n.º 179, em 5 de agosto de
1992, em conjugação com o n.º 2 do artigo 109.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setem



bro, aprovar a extinção da AQUÉM-TEJO - Associação Cultural de Municípios da Região Inte-
rior ao Sul do Tejo
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DEZ - PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA LT - SOCIEDADE DE REA-
BILITAÇÃO URBANA, E.M., NOS TERMOS DO PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LI-
QUIDAÇÃO:- Foi presente o ofício n.º 7600, de 17 de novembro de 2016, da Câmara Munici-
pal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimi-
dade, em sua reunião ordinária de 16 de novembro de 2016, a qual fica a fazer parte integrante
da presente ata
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dez por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Foi dado conhecimento a esta Assembleia Municipal que
houve necessidade de transferir competências da LT-SRU para a CIMLT
A LT-SRU quando foi criada tinha o objetivo que os municípios identificaram como fun-
damental para a respetiva recuperação urbana, que deu lugar à criação das ARU - Áreas de Rea-
bilitação Urbana
Em Coruche foram desenvolvidos planos de ação e planos estratégicos que levaram à
apresentação de candidaturas ao Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano
Tendo em conta que a LT-SRU não conseguia cumprir um dos requisitos, decorrentes da
lei das entidades públicas, ou seja, gerar receitas suficientes para fazer face àquilo que eram as
suas despesas correntes, houve a necessidade de fazer a sua extinção
A LT-SRU fez uma candidatura a fundos comunitários que permitiu durante este período
funcionar, pois tinha recursos humanos na sua dependência e, ainda, contratou empresas para
desenvolverem planos estratégicos para a região. Esgotado esse processo dos fundos comunitá-
rios fomos forçados a fazer a sua extinção
No parecer que nos foi presente é referido que durante o triénio de 2012/2014 as vendas e
prestações de serviços não cobrem pelo menos 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios e,
também, que a 1 de julho de 2015 grande parte dos compromissos que os municípios tinham nes-
tas áreas passaram diretamente para a CIMLT
Está junto aos documentos o Projeto de Dissolução e de Liquidação da LT-SRU e o
Acordo de Partilha de Bens
Quando foi constituída a LT-SRU houve municípios que entraram com bens, houve mu-
nicípios que entraram apenas com capital e houve municípios que entraram com capital e patri-
mónio, como foi o caso do Município de Coruche
O espaço que pretendemos edificar na Travessa do Monteiro foi o bem com que o Muni-



cípio de Coruche entrou, mais uma componente em capital
Os valores, quer de património, quer de capital, foram depreciados em 20%, ou seja, sig
nifica que para os municípios que participaram com entradas em capital, esse capital foi deprec
ado em 20% e os imóveis a mesma coisa, para que em sede de IMT não tivéssemos de paga
mais valias se eventualmente houvesse uma atualização dos imóveis
O Município de Coruche entrou com 23% do capital total desta Sociedade, no valor d
16.890 € e também entrou com capital em espécie, um terreno, no valor de 56.000 €
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada pelo Presidente da Câmara
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Devemos depreender que 16.890 € foi
subscrição monetária do nosso Município, o qual vai ser ressarcido em 80% do valor e em rela
ção à participação em espécie o bem foi avaliado em 56.000 € e vai ser devolvido, sendo avalia
do pelo mesmo valor
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dez
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos das disposições combinadas d
artigo 62.°, n.° 1, alíneas a) e b) da Lei n.° 50/2012, de 31 de agosto, bem como, nos termos do
artigos 22.°, n.° 1, e 61.°, n.° 2, do respetivo regime legal, aprovar a dissolução da LT-SRU, no
termos do Projeto de Dissolução e Liquidação, que fica como anexo fazendo parte integrante d
presente ata, para que posteriormente a Câmara Municipal proceda à celebração do Acordo d
Partilha de Bens juntamente com os restantes municípios participantes
A presente deliberação foi aprovada em minuta
A partir deste momento, os Deputados Municipais Valter Peseiro Jerónimo e Ru
Miguel Friezas Aldeano passaram a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas
quarenta minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e um membros
PONTO ONZE - GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL D
INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO MUNICÍPIO PARA O
ANOS DE 2017/2020:- Foi presente o ofício n.º 7277, de 7 de novembro de 2016, da Câmar
Municipal de Coruche, anexando as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do Município par
os anos de 2017/2020, que foram aprovadas por maioria, em sua reunião ordinária de 31 de ou
tubro de 2016, as quais ficam a fazer parte integrante da presente ata
PONTO DOZE - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2017:- Fo
presente o ofício n.º 7282, de 7 de novembro de 2016, da Câmara Municipal de Coruche, and
xando o Orçamento do Município para o ano de 2017, que foi aprovado por maioria, em sua reu
nião ordinária de 31 de outubro de 2016, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata
, 1 1 0 1



O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução conjunta aos Pontos Onze e Doze
por parte do Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: O Orçamento da Câmara para o ano de 2017 representa
um aumento considerável de disponibilidade financeira, tendo em conta que o mesmo está refor-
çado com algum valor afeto a fundos comunitários
No Orçamento de 2016 não tínhamos essa disponibilidade e para 2017 já podemos consi-
derar fundos comunitários e, ainda, há algum financiamento que nos falta receber do QREN. É,
fundamentalmente, aquilo que são as ações a desenvolver em 2017 e que estão financiadas pelos
fundos comunitários, quer pelo PEDU, quer pelos fundos contratuais através da CIMLT
O Orçamento para 2017 tem um valor global de 21.283.813 €. Comparativamente ao ano
de 2016 o valor é substancialmente maior
Receitas Correntes:
Relativamente às receitas correntes, temos um aumento em 2017, face ao ano de 2016, de
18,86%. Estamos a falar de cerca de 2.935.497 €. É importante fazer aqui uma ressalva. As re-
ceitas correntes não teriam este impacto se não fosse o reforço efetuado através de uma rubrica
denominada "Outras Receitas Correntes - Diversas", porque foi necessário incorporar esse refor-
ço para fazer face àquilo que é o esforço financeiro do PPI, ou seja, foi preciso incorporar nestas
"Outras Receitas" receitas correntes no valor aproximado de 2.700.000 € para podermos fazer
face ao volume de despesa do PPI, caso contrário, corríamos o risco de algumas obras que estão
a concurso este ano não as levarmos por diante até abril, isto é, antes de incorporarmos o saldo
da gerência do ano anterior
É um pouco ingrato quando estamos a falar de obras públicas que decorrem num prazo,
mais ou menos de seis meses, até que possam ser adjudicadas. Significa que em abril, quando
temos essa disponibilidade brutal, diria eu, de Orçamento, quando vamos lançar algumas destas
empreitadas, chegamos ao final do ano e não as conseguimos executar porque é o prazo que de-
corre dos concursos públicos dessas mesmas empreitadas
A contabilidade autárquica tem este problema de até abril estarmos condicionados, por-
que os recursos financeiros são, de facto, insuficientes para fazer face àquilo que é o nível de in-
vestimento do PPI. Por outro lado, temos muita dificuldade, depois, a partir de abril de conseguir
executar todas as ações que estão contempladas nas Grandes Opções do Plano, que engloba o
PPI e as AMR
Se não fosse a receita que provem das "Outras Receitas Correntes - Diversas" a nossa
receita corrente teria um aumento apenas 0,78% (um aumento residual)
As transferências correntes do Orçamento do Estado para o Município (FEF + FSM +
IRS) têm uma subida de 384.077 €, ou seja, mais 4,22%, de acordo com a proposta de Lei do



Orçamento do Estado de 2017, que foi aprovado e que sabemos que é para entrar em vigor
As outras transferências da Administração Central e que têm a ver com as componente
de Educação para complementos de horários, de atividades de enriquecimento curricular e pe
soal não docente, têm um decréscimo, face a 2016, de 11, 21% (significa menos 142.118 €)
Receita de Capital:
Quando falamos da receita de capital, tem a ver com o investimento. A receita de capit
tem um aumento para 2017, face a 2016, de acordo com o Orçamento do Estado, de 66,28%, o
seja, 1.108.698 € e que deriva, fundamentalmente, da disponibilidade de fundos financeiros qu
foram alocados a projetos e a iniciativas que iremos desenvolver em 2017. Significa que, fru
das candidaturas que estamos a fazer e dos projetos que temos candidatados no âmbito da reabil
tação urbana, podemos ter no ano de 2017 cerca de 1 milhão de euros
Em termos de FEF - Fundo de Estabilidade Financeiro, tem um aumento para o Munic
pio de Coruche de 4,6%, o que significa 43.348 €
Ao nível das receitas temos uma subida em 2017, face ao Orçamento de 2016, na orde
de 4.000.000 €, porque somamos esta disponibilidade dos fundos comunitários com a disponib
lidade desta receita que foi criada com a rubrica das "Outras Receitas". Em termos da recei
corrente, em 2016 o valor foi de 15.566.971 € e em 2017 é de 18.502.468 €. Significa uma dif
rença de 2.935.497 € (mais 18,86%)
Ao nível da receita de capital verifica-se um aumento de 1.108.698 €, que tem fundame
talmente a ver com os fundos comunitários que foram disponibilizados para as Áreas de Reabil
tação Urbana, o que totaliza uma diferença, comparativamente a 2016, de cerca de 4.000.000
Isto é, em 2016 foram 17.239.618 € e em 2017 são 21.283.813 €
Ao nível da despesa corrente para 2017, verifica-se que há um aumento de 2,6%, ou sej
naquilo que constitui a despesa de gestão do Município
Grande parte desta despesa corrente tem uma incidência no pessoal, isto é, vamos recup
rando a massa salarial que perdemos nos anos anteriores, significa que temos de ter esta dotaçã
para 2017. Para além das pessoas que já entraram, temos imensos concursos a decorrer e esse
pessoas ainda irão entrar em 2017, logo temos de ter esta cabimentação para fazer face ao a
mento da despesa com pessoal no valor de 333.000 €. Caso contrário, esta despesa corrente d
minuiria em 71.622 €, ou seja, ao nível da despesa corrente tinha havido esta contenção
No que diz respeito às transferências para as juntas de freguesia, há a manutenção do v
lor, de acordo com os Contratos Interadministrativos que foram acordados para o decurso o
mandato, indexados àquilo que é a taxa de inflação
Ao nível da despesa global, temos previsto na despesa corrente 13.148.792 € e na despesa
de capital 8.135.021 €. Também aqui podemos perceber a diferença dos tais 4.000.000 €, signif



ca uma variação de 23,46%, comparativamente ao ano de 2016, um valor superior
Grandes Opções do Plano (PPI e AMR):
Relativamente às iniciativas que estão previstas no PPI, estamos a falar de um plano plu-
rianual que tem esta particularidade de podermos contemplar as ações que estão identificadas
para os anos de 2017 a 2020
As rubricas que têm cabimento para a sua realização são aquelas que estão a decorrer nes-
te momento os concursos para as empreitadas e são aquelas que contamos ver contratadas
até abril
As ações que identificamos como sendo ações que não conseguimos lançar até abril, es-
peramos por abril para fazermos a incorporação do saldo da Conta de Gerência para podermos
fazer a revisão às Grandes Opções do Plano e colocar nas ações que têm capital indefinido esse
mesmo reforço
A dificuldade que existe é na realização das ações de maior valor, de maior dimensão
que deriva do processo burocrático, da complexidade e da caducidade dos procedimentos
Investimentos que estão afetados à área do Município:
Implementação de medidas para eficiência energética nos edifícios e equipamentos públi-
cos municipais - temos previsto no âmbito da contratualização que assinámos com a CCDR
Alentejo verbas no sentido de dotarmos os edifícios com medidas passivas e, também, ativas que
visem a economia de energia e que criem melhores condições de comunidade interior, no valor
de 585.000 €; Implementação de medidas de eficiência energética na iluminação pública - estão
previstos 301.000 €. Isto é um concurso global que está a ser desenvolvido pela CIMLT para os
onze municípios
Incubadora de Empresas - está previsto no âmbito da PAC com a CCDR Alentejo. Temos
na rubrica o valor de 130.000 €. A sua instalação será no antigo edifício dos Bombeiros, no piso
superior. Este montante disponível é para fazer face aos encargos com as obras de adaptação. A
intenção não é de fazer um investimento muito profundo para depois poder ser compartimentado
em função dessa mesma procura. Numa primeira fase, temos previsto que possa nascer uma in-
cubadora mais direcionada para a componente florestal e para a investigação científica nas anti-
gas instalações do INIA. No antigo edifício dos Bombeiros será uma incubadora mais polivalen-
te, mais vocacionada para outras áreas de negócio não específicas
Uma rubrica que tem a ver com o PEDU, para abrigos de passageiros eletrónicos, no sen-
tido de ter informação eletrónica e outra informação importante para a nossa população
Freguesia de Coruche, Fajarda e Erra:
Revitalização do Centro Histórico da Vila de Coruche (2.ª fase) - Percurso Pedonal - for
hoje à Câmara para aprovar o procedimento. É uma obra que irá decorrer nos anos de 2017 e



2018, a qual vai desde a Igreja Matriz até à Igreja de Santo António;
Requalificação/Ampliação do Pavilhão Desportivo da EB 2.3 Armando Lizardo - estamo
a fazer a revisão do projeto para lançar a empreitada a concurso a partir de abril. Até lá não te
mos disponibilidade. Na melhor das hipóteses, a obra estará adjudicada em setembro e só se faz
um terço da mesma em 2017, o resto passa para 2018;
Ciclovia (2.ª fase) - continuação entre o Montinho do Brito/Erra;
Construção de edifício multifamiliar na Rua Júlio Maria de Sousa;
Campo de Ténis e Padel, em Santo Antonino - foi hoje à Câmara para aprovar o projeto
sendo que, no início do ano, é preciso fazer uma revisão nesta rubrica, porque o projetista agora
apresentou uma estimativa superior, o que significa que a rubrica não é suficiente para lançarmos
o procedimento;
Foros de Coruche/Vale Mansos - Rua do Bacalhau, Rua Direita, Rua do Carvalheiro e
Rua do Olival - o projeto está praticamente concluído e contamos lançar a obra a concurso ainda
este ano;
Ligação Malhada Alta/Salgueirinha (2.ª fase) - o projeto está concluído, mas não conse
guimos lançar a obra porque a rubrica tem o valor de 300 mil euros e o valor estimado é de 290
mil euros mais o IVA, significa que temos de reforçar a rubrica em 2017;
Área Empresarial do Sorraia - a rubrica tem um valor mais ou menos residual. Foi hoje
Câmara para conhecimento do ponto da situação;
Reabilitação do sistema de drenagem da Vala do Paul - iremos fazer o levantamento to
pográfico e o projeto. É uma situação que está identificada como prioritária, tendo em conta que
os residentes no Bairro da Areia reclamam o facto de cada vez mais as manilhas, que foram a
colocadas em tempos, causarem assoreamento da vala e esta não ter drenagem. Significa que são
águas paradas que interferem muito com as zonas hortícolas das pessoas;
Circuito de bicicleta para acesso a equipamentos públicos - lançámos o concurso e fize
mos a candidatura;
Rua do Comércio, no Rebocho - vamos lançar a obra a concurso no final deste ano ou no
princípio do próximo ano;
Implementação do Plano de Gestão Florestal para as Herdades dos Concelhos e Conce
lhinhos;
Requalificação do Jardim 25 de Abril e Largo Porto João Felício;
Estádio Municipal de Coruche (substituição do relvado sintético) - a empreitada esta
adjudicada, mas a empresa que ficou classificada em segundo lugar reclamou para o Tribuna
Administrativo de Leiria e agora temos de esperar que o Tribunal indique quem é que tem razão
Uma obra que era para ser executada no ano de 2016 vai, com toda a certeza, passar para 2017



Contra estas coisas é muito difícil lutarmos;
Rua de Coruche, no Rebocho (execução de passeios) - criar zonas de circulação para
permitir o acesso às pessoas nas áreas de concentração urbana;
Construção de edifício multifamiliar na Rua Direita/Travessa do Monteiro - vamos lançar
ainda este ano a obra a concurso, para executar no terreno que é propriedade da SRU e que vai
transitar para a Câmara;transitar para a Câmara;
Arranjos exteriores e ordenamento da entrada da EB 2.3 Armando Lizardo;
Foros de Coruche/Vale Mansos (1.ª fase da pavimentação da Rua do Pé Leve) - na zona
que já tem saneamento;que já tem saneamento;
Centro de Interpretação Ambiental na Herdade dos Concelhos - um apoio significativo do
Programa Operacional;
Reparação de arruamentos em Santo Antonino (Rua José Maria Rebocho) - colocação de
alcatrão, cujo procedimento está decorrer;
Foros de Coruche/Valverde (Rua do Formigo) - a obra já foi adjudicada e vão ter início
os trabalhos na próxima semana;
Pavimentação da Rua Joaquim do Norte, em Coruche - a obra está em execução;
Requalificação da Margem Esquerda do Rio Sorraia - o orçamento previsto era de cerca
de 700 mil euros, mas a semana passada o projetista entregou o projeto e disse que a obra custa 2
milhões de euros. Temos que mandar refazer grande parte da obra porque a nossa disponibilida-
de não é nessa grandeza;
Pavilhão Multiusos - a substituição da cobertura e algumas patologias no edifício;
Requalificação paisagística da Calçadinha - criar mobilidade entre a parte baixa e a parte
alta da vila e ainda uma intervenção na componente arbustiva do espaço;
Ringue Polivalente na Fajarda;
Erra - Ligação Pé d'Erra/Rua da Capadoura;
Peddy Bus;
Núcleo Museológico da Casa Tradicional na Erra;
Praia Fluvial no Sorraia;
Requalificação do Largo da Erra - execução do projeto;
Revitalização da Praça da Liberdade - antes temos de fazer as obras no Edifício dos Paços
do Concelho;
Freguesia do Couço:
Reabilitação do antigo cinema do Couço - é um projeto que está enquadrado no âmbito
do PEDU;
Paghilitação do adificado do Bairro 23 da Junho a raghilitação paisagística do aspaço an



volvente;
Reabilitação do edificado do Bairro da Liberdade e de todo o espaço envolvente à Junta
de Freguesia do Couço;
Parque de Lagoíços - esta obra foi a concurso público e ficou deserta. Significa que temos
de lançar de novo o procedimento dentro em breve e de alterar algum componente orçamental ou
retirarmos algum equipamento;
Reparação da Ponte de Santa Justa - a empreitada já foi adjudicada, pelo valor de 995 mi
euros, à empresa Aquino Construções, S.A.;
Rua Nova do Deserto e Travessa do Deserto, no Couço;
Rua das Flores e Rua da Liberdade, nos Lagoíços;
Rua da Liberdade, na Volta do Vale;
Freguesia da Branca:
Construção de Núcleo Escolar na Branca - a obra está adjudicada;
Estrada das Courelas da Amoreirinha/Branca (pavimentação) - estamos a fazer o projeto;
Execução de Passeios, na Branca - pagamento da obra já executada;
Troço da Rua da Escola, na Arriça;
Rua do Campo de Futebol e Rua das Canas, na Fazendas das Figueiras;
Freguesia do Biscainho:
Execução de passeios (requalificação da E.M.515), no Biscainho - a obra está adjudicada;
Rua de São Pedro, no Biscainho;
Urbanização do Loteamento Municipal do Biscainho (1.ª fase) - existe um problema com
Infraestruturas de Portugal relacionado com a E.N.119;
Freguesia de Santana do Mato:
Ringue Polivalente, em Santana do Mato - pagamento/revisão de preços;
Rua de Coruche, em Santana do Mato - execução do projeto;
Rua Maria Filipa, em Santana do Mato;
Rua José Inácio, nos Carapuções;
Freguesia de São José da Lamarosa:
Requalificação do Largo da Lamarosa - esperamos lançar o procedimento até ao fina
do ano;
Casa da Cultura, na Lamarosa - adaptar o espaço do Jardim de Infância, em parceria com
a Junta de Freguesia;
Rua do Zebro de Cima - a obra está adjudicada
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada pelo Presidente da Câmara.
De seguida passou a palayra aos Deputados Municipais



O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Ouvi com atenção a informação dada
pelo Senhor Presidente da Câmara, li os documentos que nos foram presentes, e fiz o exercício
que tenho feito nos últimos anos e, de alguma forma, suportado por aquilo que é o Relatório que
nos é presente pelo auditor externo
Ao ler estes documentos e os documentos do ano anterior, um dos troncos comuns, vou
arriscar uma percentagem, é que mais de 75% das ações que estão previstas para 2017 já estavam
previstas para 2016, portanto temos uma série de intenções que passam de ano para ano. Quando
chegarmos a abril vamos fazer o balanço daquilo que foi a execução do ano anterior e verifica-
mos que, nos últimos anos, a execução orçamental anda na casa dos trinta e tal ou quarenta e tal
por cento
Para não repetir aquilo que foram as minhas intervenções nos últimos anos, fiz um exer-
cício ao longo da apresentação do Senhor Presidente da Câmara, que foi ver quais são as pala-
vras que ele mais utiliza
Tendo em conta a preocupação que o PSD tem colocado, tanto na Câmara como na As-
sembleia Municipal, ao longo do tempo, e que assenta na necessidade de termos uma política
direcionada para a família, para as crianças, para os idosos, de sustentabilidade, de combate à
desertificação e de emprego, estas seis palavras o Senhor Presidente não as disse uma única vez
nos trinta minutos em que falou. Não houve uma única referência sobre quais são as preocupa-
ções do Município sobre a família, as crianças, os idosos e o emprego
Houve referências de intenções relativamente à reabilitação de casas para utilização mul-
tifamiliar e a uma incubadora de empresas, uma coisa muito vaga, que vai sendo gerida e vai
crescendo de acordo com o que vai aparecendo
Não há uma estratégia, não há um orçamento, não há uma série de ações que assentem
nestas seis vertentes que nos parecem essenciais para garantirmos a sustentabilidade do nosso
concelho
O discurso do Senhor Presidente assenta em três palavras principais: "receita" (que foi a
palavra mais referida), a segunda "despesa" e a terceira "impostos". Depois, um relato de inten-
ções exatamente iguais às que já tinha dito o ano passado
Verdadeiramente, a análise destes documentos são uma repetição daquilo que nos tem
sido apresentado nos últimos anos
Ficou claro qual é a orientação do Município por esta intervenção. Não são nenhumas das
preocupações essenciais que nós partilhamos, pelo menos não foram referidas de uma
forma clara
Gostava de repetir aquilo que disse na Assembleia Municipal, no dia 24 de novembro,
que me parece que é um dado preocupante, talvez dos mais preocupantes relativamente à susten-



tabilidade do nosso concelho. Segundo dados da Carta Educativa, entre os anos letivos 2010/2011 a 2014/2015, em 4 anos, perdemos 25% de crianças no pré-escolar e 8,5% de crianças
em todos os anos de ensino ministrado no nosso concelho
Acho que é o momento, é o apelo que quero deixar aqui hoje, de olharmos exatamente de
uma forma séria, de uma forma realista, não politiqueira, e contribuirmos para inverter rapida-
mente esta situação. Deve ser de uma vez por todas a preocupação desta maioria e a preocupação dos autarcas do concelho.
A Deputada Municipal Ana David referiu: Na minha intervenção sou obrigada a pergun-
tar como é que é possível o Senhor Presidente da Câmara não falar em serviço da receita e da
despesa quando está a apresentar o Orçamento. Achava muito estranho se não fossem estas as
palavras mais citadas em relação ao documento do Orçamento. É difícil não falar destas pala-
vras
Até podia ter começado a minha intervenção falando de uma observação que foi feita na
primeira parte desta sessão, a semana passada, em que foi dito que o documento do Orçamento
estava um pouco politizado. Estive a folhear o documento e não encontrei nada em que notasse
politização. É uma apresentação descritiva sobre receita e despesa e quais as principais ações
que, no fundo, são traduzidas em termos financeiros
Sinceramente, não percebo como é que se pode dizer uma coisa dessas
Em relação à execução dos orçamentos, também foi aqui dito que os orçamentos do pas-
sado tiveram uma execução de 30%, não sei se foi, mas o Presidente da Câmara até focou isso na
apresentação que fez, explicou o porquê, que há atrasos nos concursos, os orçamentos dos proje-
tistas têm valores diferentes daqueles que anteriormente foram apresentados, o que depois leva à
reformulação dos projetos, parece que isso está mais ou menos explicado
Tinha umas notas para falar sobre receita e despesa em relação a ações do PPI e das
AMR, mas não vou falar porque o Presidente da Câmara já falou, até apresentou por freguesia,
portanto, acho que está tudo explicado em termos de receita e despesa da execução no nosso Or-
çamento e não vou ser repetitiva
O Deputado Municipal Valter Jerónimo referiu: Relativamente a estes documentos em
apreciação, e da análise que fiz ao Orçamento, tenho a dizer, em primeiro lugar, que em relação
às receitas não me choca a informação aqui presente desde que não se alterem os principais pila-
res. Em segundo lugar, continuar uma política de desenvolvimento e de criação de emprego, e há
condições para que os que habitam no concelho cá continuem a residir e para que outros se sin-
tam atraídos para voltar ou incentivados a residir no nosso concelho, sobretudo condições políti-
cas e elas estão subjacentes aqui neste documento, a questão é se elas são concretizadas ou não
Os orçamentos são isso mesmo, um conjunto de intenções, o que os vai diferenciar é se



no final do ano essas mesmas intenções foram concretizadas ou não. Já foi referido hoje mesmo
que essa é a grande diferença, é aquilo que são intenções e aquilo que são concretizações e aqui
há um caminho a percorrer. É óbvio que o que está neste documento é exequível desde que as
políticas sejam desenvolvidas no seguimento do que está aqui no documento. No caso da receita,
essa, de facto, temos conseguido superá-la
Relativamente à despesa, é um conjunto, também, de intenções políticas e a capacidade
de executar aquilo que está nos documentos
O ano de 2017, acredito que seja um ano de viragem devido às circunstâncias, há altera-
ções que são propícias para que possamos investir mais, concretizar mais obras, não só relativa-
mente ao Portugal 20/20, mas também por ser um ano de eleições. Sabemos que em anos de elei-
ções há muito mais capacidade de fazer coisas. Isso é bom, é pena não haver eleições todos os
anos, porque normalmente o conjunto de intenções que estão aqui de ano para ano já teriam sido
concretizadas, mas acredito, de facto, que o ano de 2017 vai ser um ano bom para executar obras
e isso é positivo para todos nós e temos é que acreditar que isso irá acontecer e que este executi-
vo vai ter capacidade para realizar, eu não diria 100%, mas uma percentagem superior àquilo que
tem sido prática nos últimos anos
Acredito neste documento, o que falta aqui, e essas são as minhas dúvidas, é se politica-
mente estamos dispostos a mudar aquilo que nos últimos anos não conseguimos fazer para exe-
cutar todo este conjunto de intenções que são positivas, são boas, mas falta o querer executar
O Deputado Municipal Gonçalo Dias referiu: No Orçamento para 2017 há uma situação,
que de certo modo me deixa alguma angústia, porque gosto de viver em Coruche e acho que te-
mos umas condições fantásticas para podermos desenvolver a nossa atividade e aqui podermos
viver
Em termos de obras e infraestruturas penso que se têm feito alguns melhoramentos, mas
tenho pena que se continue a não ter uma política que valorize a qualidade de vida em Coruche.
Quando digo valorizar a qualidade de vida em Coruche, não falo só em termos arquitetónicos ou
de infraestruturas, estou a falar em termos de condições humanas para desenvolver um conjunto
de atividades, nomeadamente dos nossos jovens
Há em Coruche inúmeras instituições privadas que têm dado um contributo para melhorar
o acesso ao desporto, à cultura e à educação, no entanto, sinto que isso acontece um pouco para
ocupar o tempo dos jovens. Penso que nunca se apostou verdadeiramente na qualidade. Não há
qualidade em Coruche em termos desportivos. Não é por acaso que nós não temos atletas a nível
nacional
Senti esta experiência no caso do meu filho, que foi campeão regional e vice-campeão
europeu, mas teve de sair de Coruche



Tem que se apostar claramente na qualidade do trabalho e a Câmara pode perfeitamente
contribuir para isso
Um primeiro aspeto onde sinto uma grande lacuna em Coruche é em relação ao Pavilhão
Desportivo. Está claramente sobrelotado
Lembro-me que quando o meu filho era atleta tinha treino um dia de uma hora e outro dia
de uma hora e meia, quando um jogador deve treinar, no mínimo, duas horas por dia
Temos de ter a preocupação de apostar na qualidade em Coruche e temos condições a to-
dos os níveis. A Câmara tem condições financeiras para termos qualidade em Coruche e temos
pessoas com qualidade de trabalho. Acho que era importante
Coruche tinha uma necessidade muito grande de infraestruturas e, de facto, a Câmara tem
executado várias obras, não podemos contestar isso, mas está na altura de apostarmos verdadei-
ramente na qualidade do serviço que se presta
A Câmara não se pode substituir às instituições, mas pode perfeitamente colaborar, crian-
do melhores infraestruturas
Tenho pena que o pavilhão da Escola Secundária não tenha sido feito de maneira a poder
ser utilizado pela sociedade civil fora do horário de trabalho, nomeadamente para futebol de sa-
lão, libertando assim o Pavilhão Desportivo
A Câmara pode colaborar criando infraestruturas e, também, ter uma política com as as-
sociações para apostar verdadeiramente na formação das pessoas e, se calhar, ter de lhes dar uma
contribuição financeira, de forma a termos mais técnicos com competência e os que existem
provavelmente, também terão de ter mais formação
Como coruchenses temos de exigir muito mais. Se queremos ter um concelho onde temos
orgulho em viver e queremos trazer para cá mais pessoas, temos de criar condições de vida e
apostar na qualidade. Acho que poderá ser uma maneira, entre outras, de tentar inverter este ciclo
que nós temos, que é preocupante para o PSD e para todos os partidos na Assembleia Municipal
e o próprio Presidente da Câmara também já o demonstrou, que é o decréscimo gritante da popu-
lação no concelho de Coruche, o qual é um paradoxo se comparando com os concelhos vizinhos.
Os jovens que querem trabalhar cada vez têm menos oportunidades e, de facto, o pólo
empresarial é uma medida importante. Noto que muitos dos que cá estão sentem necessidade de
sair se querem ter um "upgrade" na sua qualidade e nós temos que estimular a exigência e a qua-
lidade. Cada vez mais vivemos numa sociedade competitiva onde o mais importante é ter traba-
lho com qualidade. Sinto que neste Orçamento isso é uma lacuna. Acho que era importante sen-
sibilizar o Município para termos mesmo qualidade
Andar aqui com festinhas, são importantes de facto, é uma maneira de minimizar, tam-
bém, um pouco o tecido empresarial e para ocupar as pessoas e que as mesmas se sintam satisfei-



tas, não discordo disso, mas quando for para trabalhar, nomeadamente com os nossos jovens,
temos de ser muito mais exigentes de forma a dar-lhes condições para trabalhem com qualidade.
Vou dar um exemplo, a filha de um amigo meu, de Vila Franca de Xira, foi campeã de
patinagem artística, mas treina quatro horas por dia. Em Coruche isso é impossível, ninguém
consegue treinar quatro horas por dia. Em Vila Franca de Xira isso é possível
Em Coruche, se calhar, temos de criar condições nesse sentido, uma vez que há três pavi-
lhões, vamos requalificar um deles, para que se permita que as coletividades possam utilizá-lo
fora do horário de trabalho
A Câmara tem que se disponibilizar para ajudar os clubes, mas, por vezes, ajudar não é
dar dinheiro, é apostar na formação das pessoas
Cada vez que os nossos filhos querem praticar alguma atividade lúdica com alguma exi-
gência têm de sair de Coruche. E eu estou nessa situação. A minha filha tem de ir praticar ginás-
tica acrobática a Lisboa três vezes por semana, porque não há aqui em Coruche. Tenho pena,
gostava muito mais que ela tivesse condições para estar a representar um clube de Coruche e pa-
ra dignificar Coruche, para mim seria um orgulho, infelizmente não há essas condições e isso
custa-me bastante
Acho que temos de criar condições para atrair as pessoas que cá estão, porque cada vez
mais sentem que se querem evoluir, têm de sair de Coruche e isso é o princípio para as pessoas
saírem definitivamente de Coruche.
Gostava que no próximo Orçamento houvesse por parte da Câmara uma viragem em ter-
mos de qualidade naquilo que se proporciona aos munícipes e temos de ter uma coordenação po-
lítica cultural e desportiva para tentar inverter este ciclo de decréscimo e começar por criar me-
lhores condições a quem cá vive para evitar que haja a tentação de sair. Isso acaba por arrastar as
pessoas para fora de Coruche
Gostaria de sensibilizar o Senhor Presidente e o Município nesse sentido.
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Queria pedir um esclarecimento, porque
acho que os Deputados Municipais têm de ser rigorosos naquilo que dizem
Na quinta-feira passada, não estava a dormir na reunião e não me recordo do Orçamento
ter sido discutido. Há pouco, foi dito aqui que foi referido, na reunião do dia 24 de novembro,
que o documento do Orçamento estava politizado. Uma vez que as atas são públicas, penso que
não é bom saírem lá para fora com uma intervenção a dizer que houve uma referência na reunião
do dia 24 de novembro a que o documento do Orçamento estava politizado, quando o documento
do Orçamento não foi discutido
Gostava de deixar esta nota e este pedido de esclarecimento à Mesa, porque eu não estive
a dormir nessa Assembleia Municipal, não ouvi dizer isso, nem foi discutido esse documento, no



entanto a intervenção está gravada e é nesse sentido
O Presidente da Assembleia salientou: A intervenção realmente está gravada, mas penso
que essa história do documento estar politizado referia-se ao IMI, daí ter sido um lapso
O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Mas as atas são públicas e nós temos
de ser rigorosos nas nossas intervenções
O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Fiz de propósito para que, especialmente a bancada do
PSD, na pessoa do Deputado Francisco Gaspar, tivesse elementos para propor e contra argumen-
tar relativamente àquilo que são as propostas do Orçamento da Câmara Municipal
Gostaria de lembrar que a Câmara Municipal, no dia 11 de outubro de 2016, enviou um
mail para as forças políticas aqui representadas, no sentido de apresentarem propostas para o Or-
çamento e para as Grandes Opções do Plano. Foram enviados e-mails para o PCP de Coruche e
para o PSD de Coruche. Da parte do PCP recebemos uma lista de propostas para fazerem parte
destes documentos (contributos da CDU para os documentos). Da parte do PSD não recebemos
nada - resposta zero
O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Não recebi esse mail
O Presidente da Câmara afirmou: Tem de ver o seu mail com mais regularidade
Dizer que no âmbito da criação do PPI e do Orçamento, que é, de facto, um documento
previsional, como já aqui foi referido, são consultadas as juntas de freguesia e os partidos políti-
cos representados na Assembleia Municipal, no sentido de apresentarem propostas para estes
mesmos documentos. Hoje, é muito fácil vir para aqui e falar um pouco de forma, enfim, empíri-
ca, sobre aquilo que são as propostas e os valores, sem que as fundamentemos e sem lhe darmos
verdadeira substância. Mas quando se trata das verdadeiras propostas, que vão ao encontro da-
quilo que são as necessidades efetivas e reais do concelho, e identificadas por todos nós, inclusi-
ve assumidas por mim, a gente recebe zero
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Mandou o mail para mim?
O Presidente da Câmara referiu: Para o PSD de Coruche, no dia 11 de outubro de 2016
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Eu não faço a gestão dessa conta
O Presidente da Câmara referiu: Não sei quem faz. Tem de ver dentro da sua organização
política quem é que gere as contas. Já não é um problema meu. Já me custa dar conta dos meus,
quanto mais dar conta, ainda, dos seus
Relativamente às questões que foram aqui mencionadas e que fazem parte das AMR, en-
tendi que não me deveria debruçar sobre as mesmas, até porque são despesas correntes que estão
perfeitamente identificadas e que fazem parte da gestão corrente
Uma vez que me fazem perguntas sobre as AMR, queria dizer, naquilo que tem a ver com



as componentes de apoio às famílias e que representam despesas para o Município de Coruche, o
seguinte:
No Programa Municipal de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional, em 2016 tínha-
mos previsto 100.000 € e para 2017 temos previsto 150.000 €, um aumento de 50%
No Programa "Casas com Gente", em 2016 tínhamos previsto 7.000 € e em 2017 temos
previsto 9.200 €
Temos esta disponibilidade se existirem pessoas interessadas nestes programas, se não
houver interessados não terão realização. Não depende da nossa vontade, de facto, depende da
carência ou não do concelho nesta matéria, significa que nas componentes de apoio à família, em
despesas de capital, temos um aumento previsional de 49%
Em relação às instituições sem fins lucrativos, naquelas que têm a ver com despesas cor-
rentes, conseguimos identificar nos apoios desportivos um aumento de 15%. Como já foi identi-
ficado e referenciado, repusemos 15% nos apoios às coletividades com efeitos a 2016 e, também
com efeitos a 2017. Esses 15% de aumento estão refletidos nesses apoios. Nos apoios recreativos
e culturais temos um aumento de 13%. Nos outros apoios ao associativismo, da mais variada or-
dem, temos um aumento de 17%
Globalmente, estamos a falar de uma rubrica que representa no Orçamento da Câmara o
valor de 455.000 €. Isto não é fazer apoio cultural ou apoio ao associativismo? Representa quase
meio milhão de euros
Se formos falar de instituições de cariz social que possam recorrer aos apoios da Câmara
temos uma disponibilidade para apoiar até 200 mil euros. Estamos a falar da ampliação do Lar da
Lamarosa, da ampliação do Lar da Fajarda (se vier a ser feita) ou de Santana do Mato (se vier a
acontecer)
Nestas componentes que foram referidas pelo Deputado Francisco Gaspar, obviamente
que estamos preparados para elas e preparados para fazer face àquilo que são as necessidades do
concelho. Contudo, a Câmara Municipal entende que não deve fazer sozinha a gestão das com-
ponentes da ação social, exatamente por isso temos instrumentos locais para o investimento, ha-
vendo entidades no concelho para fazer face às necessidades que tem a ver com o combate ac
isolamento, à redução da solidão dos idosos, à redução da situação de pobreza infantil, à promo-
ção da mobilidade de pessoas idosas a serviços de utilidade pública e redução da exclusão, no-
meadamente, o CLAS, CLDS - 3G, CAFAP, CPCJ ou RLIS
Estes programas estão no concelho porque a Câmara Municipal contratou com a Segu-
rança Social a sua vinda para Coruche, através da Caritas, porque esta situação tem as valências
os técnicos e as competências necessárias para fazer a gestão dos mesmos programas du-
rante 3 anos



Não me venha dizer que não temos essa disponibilidade ou que não ouviu falar nas famí-
lias ou no apoio social
Para além de termos de fazer a gestão direta destes programas, também é importante con-
seguirmos autonomia para as associações e IPSS fazerem a gestão própria em função das suas
áreas de orientação para aquilo que são, de facto, as necessidades do concelho
Quero fazer uma saudação ao Senhor Deputado Valter Jerónimo pela clareza da interven-
ção que teve
Acho que o Município de Coruche, comparativamente a outros municípios, face àquilo
que é a nossa dimensão e expressão territorial e a sua população, tem uma excelente qualidade
de vida
Reparemos nas piscinas municipais, são as melhores da região. No período de verão che-
gamos a ter 900 pessoas nas piscinas exteriores, que são do concelho e de fora do concelho. Ao
nível das piscinas interiores, em que a Búzios faz a sua gestão, saem campeões de natação, de
pólo aquático, modalidades de mergulho e outras. Nesta área acho que estamos perfeitamente
bem servidos
Nas componentes desportivas ligadas à prática do futebol, o Estádio Municipal de Coru-
che, além de servir "O Coruchense", serve neste momento os Montinhos dos Pegos, porque o seu
campo está inativo, já serviu o Valverde, quando existiu o Valverde, e outras localidades
Se formos para as outras freguesias, nomeadamente na Branca com a Fazendas das Fi-
gueiras, no Couço ou em Santana do Mato, têm instalações desportivas também nestas áreas e
ainda equipamentos de educação. Então não fizemos um esforço extraordinário para construir-
mos o Centro Escolar de Coruche, o Núcleo Escolar da Lamarosa, o Núcleo Escolar da Fajarda e
agora o Núcleo Escolar da Branca? Permite-se que as freguesias tenham vida, tenham autonomia
e que exista, também, a componente de fixação das populações. Todos sabemos que ninguém se
fixa numa localidade que não tenha serviços públicos ou serviços de assistência e de proximida-
de. Este esforço que estamos a fazer nas freguesias mais afastadas da sede do concelho, de criar
estes equipamentos escolares, perfeitamente modernos e adequados à prática do ensino, tem exa-
tamente a ver com a necessidade de fixarmos as nossas populações e, também, para atrairmos
pessoas
É verdade que o Pavilhão Desportivo, hoje em dia, é insuficiente para o número de asso-
ciações que utilizam esse equipamento no mesmo período, ou seja, o problema é a partir das 18
horas até às 21 horas, porque ninguém se quer sujeitar a horários mais noturnos
Conscientes desta situação, estamos a intervencionar o pavilhão da EB 2.3 Armando Li-
zardo para criar condições de treino, isto é, com bancadas, com balneários, com arrecadações,
espaços de acomodação das áreas técnicas, com um piso novo, isolamentos térmicos, de forma a





de governação não é o ato de ter vontade, às vezes existe muita dificuldade na sua execução, mas
não é por falta de vontade ou de empenho. O processo de governação é um processo burocrático
e, ano após ano, cada vez mais complexo
Em termos políticos, claramente que a minha posição, ou a posição deste executivo do
Partido Socialista, seria muito mais salvaguardada se a taxa de execução, em vez de ser 30%,
fosse 50% ou 60%. Quem é que não gostaria de ter uma taxa de execução a esse nível? Não é por
má vontade que os números da execução não são superiores
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Onze
A Assembleia deliberou, por maioria, com catorze votos a favor do PS e sete abstenções
(cinco da CDU e duas do PSD), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do Município
para os anos de 2017/2020
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Deputado Municipal Gonçalo Dias apresentou a seguinte declaração de voto:
A minha abstenção vai um pouco no sentido de justificar a minha intervenção e de refor-
çar que mais importante do que a quantidade e os números que são descriminados no Orçamento
para as atividades que referi, acima de tudo temos que apostar na qualidade
Tenho pena que a construção do pavilhão da Escola Secundária não tenha aumentado as
condições das infraestruturas e a qualidade de recursos humanos
Acho que deveria haver aqui uma política diferente, apostando na qualidade daquilo que
é disponibilidade em termos dos clubes
Apostava mais na qualidade da formação e, se calhar, haver aqui, também, uma ação pe-
dagógica da Câmara perante as instituições, não se querendo substituir às instituições nem influ-
enciar a sua gestão. Mais que dar dinheiro, era de apostar na qualificação."
O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:
Abstive-me na votação das Grandes Opções do Plano porque, tal como referi na minha
intervenção, não me parece, pela apresentação e pela introdução que foi feita do próprio docu-
mento, que se coloque o acento tónico naquilo que é importante para garantirmos a sustentabili-
dade e o desenvolvimento do nosso concelho
Se a preocupação base, se a preocupação primeira do executivo fosse defender e garantin
o futuro do nosso concelho, teria sido esse o argumento utilizado, mas não foi, por isso absti-
ve-me nesta votação. Também, para que conste em ata, que não enviei nenhum contributo por-
que, também, não me chegou nenhuma informação para o fazer
Posso dizer que ao longo dos últimos seis anos sempre o fiz e que neste também teria to-
do o gosto em fazê-lo, mas não me foi solicitado."



O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Doze
A Assembleia deliberou, por maioria, com catorze votos a favor do PS e sete abstenções
(cinco da CDU e duas do PSD), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Orçamento do Município para o ano de 2017
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TREZE - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO
DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:- Foi presente o ofício n.º 7603, de 17 de novembro
de 2016, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que
foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 16 de novembro de 2016, a qual fica a fa-
zer parte integrante da presente ata
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Treze por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A presente proposta é para que a Câmara possa realizar
aquilo que são ações que estão identificadas nas Grandes Opções do Plano, sem que para isso
tenha de pedir autorização ou parecer prévio à Assembleia Municipal, significa que tem autono-
mia e autoridade para exercer essas ações
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada pelo Presidente da Câmara.
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Treze
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor (catorze do PS e cinco
da CDU) e duas abstenções do PSD:
1 - Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de
fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais
pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:
a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constante das Grandes Opções do
Plano para 2017;
ou,
b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económi-
cos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos
2 - Determinar que a autorização prévia genérica é conferida nos mesmos casos para a
assunção de compromissos plurianuais, por parte dos órgãos competentes para a realização de
despesa nos termos legais ou de ato de delegação de competências
3 - Determinar que a autorização prévia genérica favorável abranja a assunção de com-
promissos cuja previsão inicial, aquando da sua realização, seja apenas para pagamentos no ano



de 2017, mas que por atrasos não previstos inicialmente, estes compromissos se transformem em
plurianuais, originando pagamentos em anos seguintes
4 - Determinar que se excetuam o disposto no n.º 1 os casos em que a reprogramação dos
compromissos plurianuais implique aumento da despesa
5 - Determinar que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização
prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no núme-
ro anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fe-
vereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO CATORZE - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA A ISENÇÃO DE TA-
XAS MUNICIPAIS:- Foi presente o ofício n.º 7602, de 17 de novembro de 2016, da Câmara
Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por
unanimidade, em sua reunião ordinária de 16 de novembro de 2016, o qual fica a fazer parte in-
tegrante da presente ata
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Catorze por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Este assunto vem à Assembleia Municipal para que se
autorize a isenção, total ou parcial, de taxas que estão previstas no Regulamento de Taxas Muni-
cipais, quando são feitas iniciativas por parte de associações locais, nomeadamente que envol-
vam ruído ou se trate de construções ou ampliações em áreas onde a Câmara Municipal tenha
essa competência
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada pelo Presidente da Câmara.
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Catorze
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013
de 3 de setembro e, bem assim, as isenções previstas no Regulamento de Taxas Municipais, que
se encontra devidamente aprovado pelos órgãos competentes do Município, autorizar a isenção
total ou parcial de taxas municipais, conforme previsto no Regulamento Municipal e até ao mon-
tante máximo previsto no Orçamento de taxas municipais a cobrar
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO QUINZE - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017:- Foi presente o
ofício n.º 7281, de 7 de novembro de 2016, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Mapa
de Pessoal para o ano de 2017, que foi aprovado por unanimidade, em sua reunião ordinária de
31 de outubro de 2016, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata



O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quinze por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Não é de extrema necessidade sempre que aprovemos o
Orçamento e as Grandes Opções do Plano aprovar também o Mapa de Pessoal, porque não há
alterações à Estrutura Orgânica da Câmara, significa que não foram criados mais Departamentos
mais Divisões, nem chefias intermédias. A estrutura é aquela que existe em 2016, sendo a mes-
ma que propomos para 2017
Ainda que, tendo em conta a possibilidade que foi dada pelo atual Governo, no sentido de
se poder criar mais Unidades Orgânicas nas áreas dos Municípios, entendemos que a nossa Es-
trutura Orgânica responde às necessidades do Município
O que está contemplado em termos de Mapa de Pessoal diz respeito às vagas para os con-
cursos que estão a decorrer, ou seja, no âmbito do Mapa de Pessoal que agora estamos a aprova
estão previstas as vagas nas áreas que dizem respeito aos concursos que estão a decorrer
Por outro lado, há a supressão de postos de trabalho que têm a ver com algumas áreas on
de se verificaram aposentações e, também, alguma disponibilidade para a substituição de algu-
mas pessoas que se possam aposentar em 2017
O Mapa de Pessoal, aparentemente, ficará estabilizado com a entrada destas pessoas
permitindo responder àquilo que são as necessidades operacionais, técnicas e administrativas do
Município
Se quiséssemos dar mais largueza à nossa imaginação poderíamos ir muito mais além
mas, entendemos que, não sendo interdita a abertura de outros procedimentos, podemos fazê-lo
de forma paulatina, se houver tal necessidade, ao longo do próximo ano
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada pelo Presidente da Câmara.
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quinze
A Assembleia deliberou, por unanimidade, em conformidade com a alínea o) do n.º 1 do
artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Mapa de Pessoal para o
ano de 2017, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Traba-
lho em Funções Públicas e na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3
de setembro
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DEZASSEIS - RELATÓRIO DE AUDITORIA DO MUNICÍPIO DE CO-
RUCHE ELABORADO POR AUDITOR EXTERNO - 1.º SEMESTRE - ALÍNEA D) DO
N.º 2 DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO:- Foi presente o Relató-



rio de Auditoria do Município de Coruche elaborado por Auditor Externo (Martins Pereira, João
Careca & Associados, SROC, Lda.), referente ao 1.º semestre de 2016, em conformidade com a
alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual fica em anexo, fa-
zendo parte integrante da presente ata
O Presidente da Assembleia salientou: Trata-se de uma informação do Revisor Oficial de
Contas que é obrigatória, no entanto, é só para conhecimento da Assembleia Municipal
A Assembleia tomou conhecimento do Relatório de Auditoria do Município de Coruche
elaborado por Auditor Externo - 1.º semestre de 2016
PONTO DEZASSETE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍ-
PIO:- Foi presente o Relatório da Atividade e Situação Financeira do Município, no período
compreendido entre 21 de setembro e 15 de novembro de 2016, o qual fica como anexo, fazendo
parte integrante da presente ata
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presiden-
te da Câmara.
O Presidente da Câmara destacou o seguinte:
Comemorações do 5 de Outubro;
Homenagem às nossas bombeiras que ganharam o concurso "Bombeiras de Ferro" que
foi promovido pela Federação dos Bombeiros do Porto, cuja participação foi voluntária;
Parque Infantil do Biscainho;
Pavimentações no Couço;
Encontram-se ao serviço da Câmara 348 trabalhadores;
Estão a decorrer os seguintes procedimentos concursais: um Assistente Técnico - B-3;
três Técnicos Superiores - DASCD-19-A; um Assistente Técnico - DASCD-9; um Assistente
Operacional - DOE-24; um Técnico Superior - DAFDES-NTA (01); um Técnico Superior -
DAFDES-NTA (01); um Assistente Técnico - DAF-30; um Assistente Operacional - DOE-13;
um Assistente Operacional - DOE-23
No que concerne aos Projetos CEI tem havido algum condicionamento e constrangimen-
to. Sou completamente contra ao recurso a este tipo de situações, mas é um facto que há alturas
em que temos de recorrer a estes processos para podermos ter pessoas disponíveis para enqua-
drarem as equipas de trabalho
Estão a decorrer quatro processos de aposentação junto da Caixa Geral de Aposentações;
Atendimentos do Centro de Emprego à população desempregada;
Programa "Casas com Gente" - Áreas de Reabilitação Urbana - assinatura de contratos
para apoio a um munícipe que adquiriu habitação e quatro munícipes que arrendaram habitações;
Programa Municipal de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional - assinatura de con-



tratos com dez munícipes que vão ser apoiados;
Arrendamento de dois fogos no Bairro da Liberdade, no Couço - assinatura dos contratos
Atribuição de trinta e seis Bolsas de Estudo 2016/2017 - aprovação das listas provisória
de candidatos admitidos e excluídos. Foram apresentadas sessenta candidaturas;
Situação Financeira - serviço da dívida no valor de 2.657.236,91 €;
Arranjo Urbanístico da Rua das Flores, em Montinhos dos Pegos - obra em curso;
Remodelação e Ampliação do Refeitório da EB 2.3 Armando Lizardo e construção de
telheiros - obra em curso;
Arranjo Urbanístico Malhada Alta/E.N.251 - obra concluída;
Rua Santíssima Trindade, em São Torcato - obra em curso (já tem os passeios);
Pavimentação da Rua Joaquim do Norte, em Vale Mansos - obra em curso;
Parque Infantil do Biscainho - obra concluída;
III Colóquio Museus Rurais do Sul no Museu Municipal de Coruche;
Iniciativas/Natal Comércio Tradicional
O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Queria transmitir à Mesa da Assembleia
Municipal que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Couço solicita a justificação da sua
falta à presente reunião por motivos de saúde de sua mãe. Posteriormente, formalizará, por escri
to, o respetivo pedido
Relativamente ao horário dos trabalhadores da Águas do Ribatejo, uma vez que o Senho
Presidente da Câmara também é o Presidente da Águas do Ribatejo, era importante dar passo
para a resolução da situação (julgo que ainda estão a trabalhar 40 horas semanais e não 35 ho
ras)
É importante dar o exemplo quando se trata de uma empresa intermunicipal e uma ver
que a generalidade das autarquias decidiram atribuir as 35 horas semanais
No que respeita aos trabalhadores que foram deslocados das câmaras para a Águas de
Ribatejo, o seu horário de trabalho deve ser igual aos dos seus colegas e, se possível, tambén
alargar-se o mesmo horário aos restantes trabalhadores
Que não se caia na tentação de esta empresa intermunicipal se transformar numa empre
sa, de tipo mais financeira, para prestar um serviço às populações
Enquanto cidadãos, quando passamos pelas situações é que nos apercebemos dos pro
blemas. Calculo que a autarquia já tenha identificado tal situação. Recordo-me de, há três or
quatro anos, ter havido campanhas relacionadas com as acessibilidades ao concelho de Coruche
mas ainda existem alguns pontos negros. Acho que é preciso uma intervenção na Avenida Nossa
Senhora do Castelo, no lado oposto às primeiras habitações que ficam situadas junto às escada



em direção à Rua da Música, no sentido de não permitir o estacionamento de viaturas no passeio.
Quem tem necessidade de circular com cadeiras de rodas, com carros de bebés, ou no ca-
so de pessoas idosas, têm de passar pelo meio da estrada porque o passeio está ocupado com via-
turas. Há pessoas que têm garagens, não sei se estão ocupadas ou não, mas possivelmente não as
utilizam. Acho que é uma irresponsabilidade, um dia pode ali acontecer uma desgraça. É preciso
tomar algumas medidas porque os passeios não podem ser ocupados com viaturas
O Deputado Municipal Gonçalo Dias referiu: Fui um dos subscritores de uma proposta
apresentada à Câmara para melhoria da segurança na Rua da Vinha do Chapéu
Tomei conhecimento que recentemente o assunto foi à reunião de Câmara e verifico que
apenas foi contemplada a melhoria ao nível da sinalização da via. Contudo, é importante, para a
segurança rodoviária, para a segurança habitacional (infelizmente já tive cinco tentativas de fur-
to) e para a segurança das pessoas, a existência de iluminação pública. Sendo uma zona que está
praticamente dentro de perímetro urbano de Coruche, no caso de qualquer ocorrência, nomea-
damente à noite, é muito importante que a via tenha iluminação
Em termos rodoviários tem havido vários problemas, felizmente, sem grandes conse-
quências
O Senhor Presidente da Câmara referiu: A propósito da segurança na Rua da Vinha do
Chapéu, aproveitámos o facto de estar uma empresa a pavimentar a Rua dos Moinhos de Vento e
solicitámos que construísse lombas nessa via para que os carros reduzissem a velocidade. Poste-
riormente, foi à Câmara a aprovação da colocação de sinalização para esse local, tendo já sido
realizados os respetivos trabalhos
Quanto à iluminação pública, o troço em frente ao Quartel dos Bombeiros está bastante
iluminado. A zona que tem menos iluminação é, depois, mais para a frente. Desde que exista re-
de de distribuição de energia elétrica podemos solicitar à EDP esses mesmos candeeiros, de 50
em 50 metros. Admito que até à casa do Deputado Gonçalo Dias se possa fazer esse trabalho,
mas não até à E.N.114-3, porque já é uma zona desabitada. A colocação de algumas luminárias
não tem qualquer problema.
Sobre a regularização do estacionamento na Avenida Nossa Senhora do Castelo já solici-
tei aos serviços, mas nem sempre os serviços são tão eficazes como eu gostaria, que num terreno
onde a Câmara tinha uma garagem, a qual foi demolida, se criasse uma bolsa de estacionamento
para os residentes
Em frente à "antiga Comolex", o piso encontra-se destruído, há necessidade de uma in-
tervenção para que se possa estacionar
Quanto ao estacionamento no passeio, junto às referidas habitações, é também uma ques-
tão de fiscalização. No entanto, a Câmara tem um terreno nessa zona e se existirem as devidas



condições poder-se-á criar, também, uma bo	olsa de estacionamento.
Esses alertas são importantes, quer	da parte dos Deputados, quer dos cidadãos, para to-
marmos conhecimento das situações e pode	rmos agir
Em relação ao horário dos trabalha	ndores da Águas do Ribatejo, tenho a certeza, quase
	otocolo de cedência para a empresa já trabalham as
35 horas	
As câmaras, quando aprovaram a i	mplementação das 35 horas, deram conhecimento à
Águas do Ribatejo, porque é um direito que	e assiste aos trabalhadores que tinham um contrato de
trabalho com os municípios	
O que se decidiu, para não quebran	as equipas de trabalho, é trabalharem quatro dias o
mesmo período e à sexta-feira, aqueles qu	e têm relação de emprego com as câmaras, saem ao
meio-dia para compensar as horas que fazer	m a mais
A situação dos outros trabalhadores	tem de ser melhor analisada. Tendo o Governo dado
1	Pública, os serviços estão a ser reprogramados e lá
chegaremos também	
PERÍODO DE INT	ERVENÇÃO DO PÚBLICO
Esteve presente o Senhor Rafael Jo	sé Ferreira Gomes, residente em Vale Mansos, refe-
rindo que, em relação à reposição das fregu	esias no concelho de Coruche, tem conhecimento que
	assar geograficamente para a freguesia da Lamarosa.
Deixou a pergunta: o que se faz ao Feixe? -	
	ceu a intervenção do munícipe. Salientou que se trata
de um assunto pertinente e que os autarcas	sabem, há muito tempo, desse desejo da população do
Feixe. Vamos ver como é que a situação va	i correr
ENCERRAMENTO:- E nada mais	havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por
encerrada a 2.ª reunião, da sessão ordinária	de vinte e quatro de novembro do corrente, às vinte e
três horas e trinta e oito minutos, da qual p	para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Nelson
Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário	io, subscrevo:
O Prin	meiro Secretário
O Presidente d	la Assembleia Municipal
	-